

Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina histórica na França¹

Françoise Thébaud*

Tradução: Débora El-Jaick de Andrade

Revisão da tradução: Mariana Joffily

Resumo: Por meio de uma abordagem cronológica, este artigo discute o peso da disciplina História, que foi considerada por muito tempo masculina, e as transformações na direção da feminização dos saberes e dos seus produtores, provocada pela movimentação feminista. Observa, também, os avanços e os usos de uma história do gênero. Aponta, ainda, os paradoxos do panorama francês da atualidade, que mostra uma trajetória cheia de dificuldades.

Palavras-chave: História das Mulheres, Relações de Gênero, historiografia francesa.

Em sintonia com as problemáticas da obra em que se insere e com o conteúdo que desenvolve, o título deste capítulo enuncia a princípio muito mais significações do lado americano e canadense do Atlântico do que do lado francês, onde suscitará provavelmente entre os historiadores uma certa incompreensão e desconfiança. A referência a uma ciência universal por muito tempo mascarou e ainda parcialmente mascara a questão do lugar das mulheres nas disciplinas e ofícios correspondentes, assim como a da sexualização dos saberes. Uma análise política, no sentido amplo da definição dos saberes dominantes e de repartição dos poderes dentro das instituições, aparece frequentemente como incongruente, para além da observação das políticas públicas em matéria de pesquisa e de ensino.

Em *Ecrire l'histoire des femmes et du genre (Escrever a história das mulheres e de gênero)*, reedição completa de uma obra anterior (Thébaud, 2007), a autora destas linhas propôs a narrativa de uma aventura intelectual de mais de três décadas². Pensava assim estar contribuindo na França para o processo de reconhecimento deste domínio de pesquisa, pela transmissão de uma experiência historiográfica,

Abstract: Following a chronological approach, this article discusses the value of History as a discipline - considered masculine for a long time - and the transformation towards the feminization of the knowledge and its producers as a consequence of the feminist movement. This investigation also observes the development and usages of a history of gender, while pointing out the paradoxes of the present French scenario, which shows a trajectory full of difficulties.

Key words: Women's History; gender relations; French historiography.

apresentação de debates metodológicos e uma abordagem da perspectiva internacional. Simultaneamente por escolha (preferir a defesa e ilustração de uma abordagem inovadora ao desenvolvimento dos temas julgados polêmicos) e por obrigação (ausência de trabalhos significativos em história ou sociologia), ela deixou de lado em grande parte os aspectos institucionais e humanos, apenas esboçados em outras ocasiões (2004b, 2005b)³: trajetórias, carreiras e engajamento de suas pesquisadoras (o lugar dos homens é recente e minoritário), locais de ancoragem institucional (revistas, centros de desenvolvimento), políticas acadêmicas e editoriais.

A partir de Joan Scott (1988a), que nos convida a compreender de que forma a política define o gênero (lugar respectivo e hierarquizado dos homens e das mulheres, concepções culturais do masculino e do feminino) e de que forma o gênero estrutura a política, tratar-se-á de retomar sob outro ângulo este saber acumulado. Atenta especificamente às definições das disciplinas e as suas contestações, ao papel das protagonistas (mulheres cientistas), nos momentos singulares quando mudam as configurações do saber e

¹ Este artigo foi publicado em francês no livro DUCHÊNE, Alexandre & MOÏSE, Claudine (sous la direction de) *Langage, genre et sexualité*, Montreal: Editions Nota Bene, 2009.

*Professora emérita de História Contemporânea na Universidade de Avignon, co-diretora da revista *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés* e atual presidente da Associação pelo desenvolvimento da História das mulheres e do gênero – Mnémosyne. É autora de várias obras já traduzidas para o português como o volume V da *História das Mulheres no Ocidente*. E-mail: francoise.thebaud@univ-avignon.fr.

² Vários artigos com este tipo de síntese lhe foram solicitados sobre estas temáticas. Citamos articularmente Thébaud 2004A, 2005A, esta contribuição retoma certos elementos e desenvolve outros.

³ Ver também sobre este assunto a análise interdisciplinar mais antiga de Rose-Marie Lagrave (1990).

do poder, às resistências múltiplas e a suas recomposições. A abordagem será cronológica, evocando a princípio o peso de uma disciplina por muito tempo masculina, distinguindo em seguida um momento feminista quando se impõe uma feminização dos saberes e dos seus produtores, antes de observar os avanços e os usos de uma história do gênero. A quarta parte do texto precisará os paradoxos do panorama francês da atualidade que não define, e estamos longe disso, uma história bem sucedida (*success story*) sem percalços.

Durante séculos, o silêncio da história oficial sobre o passado das mulheres pesou, exceto para a evocação de algumas mulheres excepcionais em beleza, em virtude ou em vilania, panegírico das mulheres ilustres e denúncia dos excessos do caráter feminino. Redescobertas recentemente, algumas mulheres de letras tentaram responder, fazendo da escrita da história das mulheres (biografias ou narrativas da condição feminina) um desafio individual e coletivo para defender a igualdade dos dois sexos, e até mesmo a superioridade do sexo feminino. Dentro da linhagem dos trabalhos pioneiros das historiadoras americanas Natalie Zemon Davis (1976, 1980) e Bonnie Smith (1998), Isabelle Ernot (2004, 2007) retomou a pesquisa para a França, observando o campo histórico como um espaço de representações que acolhe tanto a criatividade dos historiadores quanto suas resistências à idéia de uma hierarquia entre os sexos: entre o fim do século XVIII e os anos de 1930, ela recenseou em torno de cinquenta “historiadoras” de mulheres e achou uma centena de obras, sendo que uma boa parte dos escritos históricos de mulheres era dedicada a elas. Na primeira metade do século XIX, elas se exprimem especialmente através de dicionários e de coletâneas biográficas cujo desaparecimento posterior, em proveito de obras temáticas ou de biografias individuais, parece assinalar o fracasso das mulheres em impor, depois da instauração do sufrágio masculino em 1848, a idéia da identidade dos sexos (Ernot, 2006). Mesmo se as últimas décadas do período viram surgir as primeiras teses de doutorado, a maior parte destas mulheres, tais como Eugénie Vauvilliers (aproximadamente 1775-após 1862), Clarisse Bader (1840-1902), ou

Arvède Barine (1840-1908) foi esquecida, por falta de legitimidade e de divulgação.

De fato, este percurso estanca quando a história se constitui em disciplina universitária prestigiada e a serviço da construção nacional republicana (Carbonell, 1976 ; Noiriél, 1996). Como mostrou muito bem Bonnie Smith, a história-ciência e a história-ofício foram construídas e definidas em contraposição às atitudes consideradas femininas: investigação metódica dos documentos contra o amadorismo e o ornamento literário, primado de uma história política fundada sobre a consulta de arquivos públicos contra todo discurso “lendário” sobre as mulheres de poder ou sobre o privado, originalidade e objetividade contra a falsificação e a cópia de escritos anteriores. Quer pertencessem à escola metódica (fim do século XIX e começo do século XX), que escrevia a história política e diplomática das nações e dos Estados, quer às primeiras gerações dos *Annales*², que privilegiavam o econômico e o social, os historiadores produziam e ensinavam então uma história no masculino que se apresentava como a história da humanidade e ignorava as mulheres, consideradas por definição como alheias ao campo político e econômico. Esta história era também uma história assexuada que esquecia a diferença dos sexos e o masculino no homem. Mesmo se tratando de produtos em conformidade com as novas regras do ofício, os trabalhos de história das mulheres não podiam ter legitimidade. Ficaram também sem legitimidade as historiadoras, as quais eram “indesejáveis” como todas as mulheres nos cursos literários até a Segunda Guerra Mundial³. A primeira diplomada recrutada parece ter sido a bizantinóloga Germaine Rouillard, recebida em 1936 na Escola Prática dos Altos Estudos, mais aberta que a Sorbonne ou que as faculdades do interior.

A história foi, assim, por muito tempo, “um ofício de homens que escrevem a história dos homens, apresentada como universal, enquanto que as paredes da Sorbonne se cobrem de afrescos femininos” (Duby et Perrot, 1991 : 14). As escolas históricas e as equipes de revistas são comunidades masculinas que utilizam o trabalho gratuito das mulheres labutando nas sombras (muito freqüentemente suas esposas são

¹A revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* foi lançada em janeiro de 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, os quais criticaram abertamente a geração precedente.

²O adjetivo foi utilizado por Christophe Charle (1994).

encontradas nos bancos das faculdades), tal qual a escola dos *Annales* qualificada como “confraria de irmãos” por Natalie Zemon Davis (1992). Lucie Varga, a assistente de trágico destino (Schöttler, 1991) e a medievalista Thérèse Sclafer, cuja tese notável não trouxe nenhuma consequência para a carreira desta professora do secundário, foram as únicas mulheres a assinar um artigo na revista entre a fundação e a morte de Marc Bloch, em 1944. Doutora em letras no mesmo ano que Thérèse Sclafert, com uma tese sobre *Le féminisme dans le socialisme français de 1830 à 1850* (O feminismo no socialismo francês de 1830 a 1850), Marguerite Thibert sabe que a Universidade lhe foi vedada e aceita partir para Genebra como substituta no *Bureau International du Travail* (Secretaria Internacional do Trabalho); onde ela iria tornar-se chefe do serviço de trabalho de mulheres e crianças e, em seguida especialista enviada ao mundo inteiro em função de questões de formação profissional das jovens⁶.

Como escreve Isabelle Ernot (2007 : 176), “a história do termo 'historiadora' reflete a da constituição da disciplina ao mesmo tempo que revela suas características sexuadas”. Utilizado até o começo do século XIX, ele conheceu dali para frente um longo eclipse, para reaparecer timidamente nos anos 1930, depois mais freqüentemente nos anos 1950; o que confirma, no longo prazo, a pesquisa acerca das menções ao termo na primeira grande revista profissional que é a *Revue historique* fundada em 1876. Mas se o pós Segunda Guerra é um pouco mais aberto às mulheres pesquisadoras⁷, o é em relação a certos perfis de mulheres e não ainda à história das mulheres. Duas anedotas concomitantes contadas pelas duas pioneiras da história das mulheres na França – Michelle Perrot e Yvonne Knibiehler – são esclarecedoras a este respeito. Em 1949, pouco depois do lançamento de o *Deuxième Sexe*, a primeira encontra, para tratar do assunto de seu *diplôme* (atual *master*), Ernest Labrousse que representa na Sorbonne a modernidade da história social e quantitativa; este último considera sua solicitação de pesquisar sobre o feminismo se tratando de “um tema muito atual” e lhe propõe trabalhar com as coalizões operárias da primeira

metade do século XIX, tratava-se da história operária que ia ser também o tema de seu doutorado de Estado (Perrot, 1987 : 277). No mesmo momento, a professora concursada Yvonne anuncia seu casamento à pessoa que tinha escolhido para ela um tema de tese sobre Bernard de Clairvaux; a resposta foi de votos de felicidades mas também este « veredicto » ofensivo : “se vocês tiverem filhos, você estará perdida para a história”; quinze anos e três filhos mais tarde, assistente na Universidade de Aix-en-Provence, ela teve ainda que se defrontar com o ceticismo dos professores homens que evocavam sua idade e seus encargos familiares, antes de encaminhar uma tese de história política e cultural sobre Adolphe Mignet (Knibiehler, 2007 : 57 e 137). Como sublinha Olivier Dumoulin (1998 : 346), a história, mais ainda que outras disciplinas literárias, permaneceu por longo tempo “um bastião de resistência masculina”, com somente 3 mulheres professoras entre 120 em 1965 e 10 mulheres entre 87 dentro do corpo dos mestres assistentes.

O momento feminista

Dominante e por muito tempo incontestável dentro da instituição, esta história no masculino tornou-se criticável no contexto intelectual, social e político, favorável à emergência de novos questionamentos e a múltiplas contestações, contexto intelectual que os historiadores recentemente denominaram de maneira heurística “os anos 68”, que englobam uma grande parte das décadas de sessenta e setenta (Dreyfus-Armand *et al.*, 2000). Desta maneira, a história das mulheres é, a princípio, filha do feminismo e das ciências humanas de seu tempo. Estas últimas oferecem realmente um contexto cultural favorável: o aparecimento de trabalhos pioneiros em sociologia do trabalho feminino (representado especialmente por Andrée Michel, Madeleine Guilbert e Evelyne Sullerot); a renovação da antropologia que incita os historiadores a trabalhar sobre a família, as relações de parentesco e o simbólico; a influência difusa de Michel Foucault que defende uma guinada anti-naturalista e objetos de estudo originais (a loucura, o poder, as disciplinas, as

⁶A autora destas páginas dedica suas pesquisas atuais ao percurso desta mulher (1886-1982), intelectual, engajada, exploradora...

⁷Falta-nos trabalhos precisos sobre a feminização do corpo docente das universidades. Este era muito limitado nas Letras em 1946 (3,5% em Paris, 6,9% no interior). Vinte anos mais tarde o índice ainda é inferior a 20% (CHARLE, 1999).

sexualidades) ; a abertura da disciplina histórica à história operária e à “nova história”, que propõe a ampliação do campo de pesquisas às mentalidades, à demografia, aos marginais, às atitudes diante da vida, ao cotidiano, todos os assuntos que encontram inevitavelmente as mulheres.

Mas o fator essencial de emergência é, no início dos anos 1970, um fator político, acompanhado por uma realidade sociológica. Animado pelas jovens do *baby boom* tendo se beneficiado da primeira onda de democratização do ensino secundário e superior, o movimento de liberação das mulheres – chamado frequentemente pelos historiadores “feminismo da segunda onda” – dá um impulso decisivo, interrogando-se sobre o passado e buscando as raízes da opressão ou da revolta. Suscita, no meio da pesquisa e do ensino, o engajamento das simpatizantes que, nascidas na década de 1920, formadas e reconhecidas em história social e política, constituem a geração pioneira em história das mulheres e propõem os primeiros trabalhos de conclusão de curso de graduação e depois de doutorado. Duas figuras da história contemporânea já foram citadas: Yvonne Knibiehler funda em 1972 o CEFUP (Centro de estudos femininos da Universidade da Provence), primeiro grupo francês de pesquisa sobre as mulheres (Thébaud, 2004a); Michelle Perrot faz a escolha típica do pós 1968 pela Université Paris 7 (Basch *et al.*, 2001) e organiza no outono de 1973 um curso que foi intitulado: “As mulheres têm uma história ? “ signo de uma real perplexidade e de uma vontade de saber, abrindo uma filiação significativa. Este curso foi o prelúdio, dez anos mais tarde veio o colóquio “ Uma história das mulheres é possível ?” (Perrot, 1984), e ainda “Uma história sem as mulheres é possível ?” (Sohn et Thélamon, 1998). É preciso mencionar também – o que desenha uma geografia duradoura dos centros franceses da história das mulheres – Madeleine Rebérioux que leciona na Universidade Paris 8-Vincennes e Rolande Trespé na Universidade de Toulouse-Le Mirail.

Como destacaram as obras recentes (Gubin *et al.*, 2004), o feminismo da segunda onda comporta uma forte dimensão cultural da crítica dos saberes

estabelecidos. Na história, os trabalhos de pesquisa são, desde o início, ao mesmo tempo inscritos nos desenvolvimentos contemporâneos da disciplina histórica (enraizamento da história moderna das mulheres na história demográfica e da família, e da história contemporânea na história social e operária⁸) e na atenção à atualidade social do momento. Exploram a história do aborto, da prostituição, dos movimentos néo-malthusianos, dos feminismos, das relações amorosas entre mulheres, das greves femininas nos séculos XIX e XX, as relações das feministas com os movimentos operários. Inauguram também um ambicioso projeto de rememoração e de visibilidade – redescobrir o passado das mulheres e dar uma memória às mulheres de hoje –, verdadeira “história no feminino”, *herstory* (e não *history*) como dizem os americanos que podem utilizar este jogo de palavras. Engajando um saber, esta história das mulheres pelas mulheres – os homens são então pouco numerosos e nem sempre bem vindos –, sobre as mulheres e para as mulheres faz emergir assuntos ocultados: aqueles citados anteriormente, mas também, pesquisas de uma identidade feminina expressa em discussões sobre a maternidade, o corpo, a sexualidade, os lugares e a cultura própria das mulheres, domínios femininos particularmente explorados por Yvonne Knibiehler. Preenche assim os vazios de uma história oficial e questiona alguns de seus paradigmas, como as rupturas cronológicas – qual é o sentido de tal acontecimento (guerra, revolução) ou de tal período (Renascimento, Liberação, Os Trinta Gloriosos) do ponto de vista das mulheres ? –, ou a distinção entre uma esfera pública digna de interesse e uma esfera privada independente e inacessível. Destaca também uma falsa universalidade da narrativa histórica ou a demasiada rigidez da oposição entre objetividade e subjetividade, sublinhando também o caráter heurístico dos conhecimentos “situados” (Löwy 2000). Ela se mostra enfim inventiva sobre os materiais históricos, aprendendo a ler de outra forma as fontes clássicas da história e a pesquisar fontes femininas, jornais íntimos, correspondências ou testemunhas orais.

Podemos datar estes anos “feministas” de 1972 (criação do CEFUP) a 1985 em que desaparece

⁸Michelle Perrot é o melhor exemplo desta inserção da História das Mulheres em seu começo na História Social. Ver PERROT, 1998.

Pénélope, pour l'histoire des femmes, depois de 13 números semestrais. Eles constituem uma formidável fase de acumulação de conhecimentos nos domínios os mais diversos pelos quais se engaja uma geração jovem e motivada, por vezes cosmopolita como na Universidade Paris 7 onde Michelle Perrot orienta, nos anos de 1980, as pesquisas de gregas, italianas, suíças e brasileiras. Conquistadoras, a história das mulheres e suas pesquisadoras não deixaram de encontrar numerosas dificuldades. Para começar, as relações entre militância e pesquisa, entre a instituição e o seu exterior são, muitas vezes, tensas e diversas. É isso que se observa através as designações variadas dos grupos de pesquisa nascidos nos anos 1970 (grupo “de estudos feministas”, “de estudos das mulheres”, “de estudos femininos”) ou os debates dos colóquios de Toulouse “Mulheres, feminismo e pesquisas”, grande colóquio interdisciplinar que reuniu, em dezembro de 1982, 750 participantes e 140 comunicações. Aí as historiadoras aparecem muito mais legitimistas, exprimindo o temor pelos efeitos negativos do “entre-elas” e o desejo de integração dos “estudos femininos” nos territórios da história. As universitárias mais integradas temiam sobretudo o isolamento (o “ gueto intelectual”, segundo o termo muitas vezes repetido) e não reivindicam a criação do *women's studies* à americana nem os cargos destinados para a história das mulheres. Elas são também impedidas pelas mais militantes, por vezes de fora da instituição, que conservam a desconfiança do feminismo francês para com os Estado e toda tentativa de recuperação . Estas tensões – ainda hoje mal documentadas – inauguram um mau começo em matéria de institucionalização e estão provavelmente na origem de uma oportunidade perdida durante os cinco anos do Ministério dos Direitos da Mulher (1981-1986) confiado a Yvette Roudy depois da alternância política de 1981. Algumas conquistas são em grande parte efêmeras e mais favoráveis à pesquisa que à sua divulgação: financiamento pelo CNRS (Centro nacional da pesquisa científica) de sessenta projetos entre 1984 e

1989, criação de três cátedras de estudos feministas dentre os quais apenas um em história na Universidade de Toulouse-Le Mirail⁹.

Utilizado frequentemente em um grande número de países da Europa e da América, o termo “ história feminista” é, aliás, de pouco uso na França (salvo de maneira pejorativa) onde se prefere sublinhar que, se a historiadora ou o historiador da história das mulheres é feminista, seu discurso é pouco “científico”. É que, como segundo complicador, as resistências encontradas são grandes. As origens feministas da história das mulheres e o desenvolvimento de uma “história no feminino” suscita então a desconfiança da disciplina histórica, que denuncia a subjetividade, a ideologia e a militância, mesmo porque a profissão dos historiadores que é fortemente masculina em suas escalas superiores e plena do prestígio nacional da história, dispõe do poder de recrutamento. Em “um mercado universitário” marcado (no fim dos anos de 1970 e uma parte dos anos de 1980) pela retração das vagas de emprego depois dos recrutamentos maciços do pós-1968, os jovens especialistas de história das mulheres têm dificuldade em convencer as instâncias de recrutamento, e mais ainda porque então muda o modelo da tese à francesa, proibido por alguns. Do mesmo modo, salvo exceções como Syros que abre em 1978 a coleção “ Memória das mulheres” e reedita os textos de feministas, os editores descobrem tardiamente o campo¹⁰. A história das mulheres fica assim invisível para numerosas revistas universitárias¹¹, à exceção do *Mouvement Social*, os primeiros trabalhos (dissertações de mestrado e teses) ficam quase desconhecidos dos historiadores clássicos.

Espaço de reflexão, de sociabilidade e de transmissão, *Pénélope, pour l'histoire des femmes* ilustra este momento feminista. Fundado pelos Grupos de pesquisa para a história e a antropologia das mulheres (composta de pesquisadoras do Centro de Pesquisa histórica da Casa das Ciências do Homem e do Grupo de Estudos Feministas da Universidade de Paris 7), a revista acompanha, depois de um número zero comum

⁹Marie-France Brive (falecida prematuramente em 1993) é a titular, os dois outros são atribuídos a Annie Junter-Loiseau (Direito, Rennes2) e Claude Zaidman (Sociologia, Paris 7). A autora destas páginas já esboçou a história dos anos Roudy (THÉBAUD, 2001) e participa hoje do comitê sobre a igualdade profissional no ensino superior e na pesquisa, o qual tem o projeto de examinar esta questão.

¹⁰Eles criaram então as coleções diante da boa acolhida do público, mais receptivo que a instituição universitária. Entre as coleções abertas nos anos de 1980, citamos “Amulher no tempo de...” de Stock.

¹¹Na célebre revistas dos Annales ESC, Arlette Farge recenseou, pelo período de 1970-1982, 751 artigos, dos quais 139 eram assinados por mulheres. (o índice de 18,5% correspondendo à seus lugares na profissão) e apenas 34 em história das mulheres, seja 4,5% (menos ainda se não se levar em conta os artigos que abordam a problemática das estruturas de parentesco).

com o CEFUP e o CLEF de Lyon, as pesquisas de história no feminino e as primeiras defesas de teses. Sem editor, impresso pelo atelier de reprografia da Universidade Paris 7 depois por uma impressora de mulheres, ela está em busca de um equilíbrio difícil entre militância e pesquisa (fazer a história e ajudar o movimento das mulheres). Como o indica o editorial do primeiro número, *Pénélope* não quer ser “uma revista acadêmica, exaustiva e detalhada”, mas, sobretudo, “cadernos modestos”, que reúnem a informação de modo temático, fazem circular e estimulam “a reflexão sobre esta dimensão da História que é a história das mulheres e sobre esta dimensão que é para as mulheres sua época coletiva”. Nasceu também, o que é frequentemente esquecido, do fracasso de uma tentativa de revista internacional da história das mulheres proposta por um editor americano: a diferença de meios universitários de uma parte e de outra do Atlântico, o uso exclusivo do inglês imposto pelo editor, a ambição de uma difusão europeia fizeram fracassar o projeto amadurecido na ocasião do primeiro congresso internacional de história das mulheres do qual participam as francesas em novembro de 1977 (Dauphin, 2001).

Garantia de legitimidade e de trocas frutuosas, a dimensão internacional do campo de pesquisa e a circulação de pessoas e de idéias são acompanhadas, desde o começo, ao mesmo tempo de uma dinâmica comum e de defasagens, até mesmo de incompreensões, reforçadas pelas traduções tardias e seletivas na França, mais rápidas embora mais seletivas ainda nos Estados Unidos. Outro exemplo, que seria aliás interessante melhor documentar interrogando-se os protagonistas do projeto, é significativo para este assunto : organizado com a iniciativa de Carrol Smith-Rosenberg e com a ajuda da Fundação Rockefeller, os encontros na França e nos Estados Unidos entre os pesquisadores franceses, americanos, italianos, ingleses, alemães e holandeses (1979-1982) resultam na publicação de dois livros coletivos, ao mesmo tempo próximos e diferentes: publicado em 1984, *Stratégies des femmes* (Pasquier *et al.*) (Estratégias das mulheres) problematiza a identidade sexual e insiste sobre as respostas femininas e feministas em contextos dados; publicado dois anos mais tarde, *Women in Culture and Politics: A Century of Change* (Friedlander *et al.*, 1986)

acrescenta algumas contribuições e estrutura a obra em torno das duas abordagens – cultural e política – que se confrontam então há dez anos nos Estados Unidos. Americana e professora na França, Rebecca Rogers confirma estas dificuldades em sua análise recente de várias décadas de apropriações recíprocas (2004). É idêntico para o que chamamos hoje de história de gênero, assunto sobre o qual foram e ainda são grandes as divergências teóricas.

Em direção a uma história de gênero: circulações internacionais e especificidades francesas

O deslocamento de uma história no feminino, que estimula ainda hoje novas pesquisas sobre aspectos pouco conhecidos, para uma *gender history* tardiamente traduzida na França como “história de gênero” resulta ao mesmo tempo de críticas internas ao campo de pesquisa e de um fenômeno de transferência e acomodação de noções vindas d'além-atlântico e de outras disciplinas. A história das mulheres tem na verdade refletido sobre a maneira de escrever os resultados, desenvolvendo um debate interno pontuado de colóquios e de artigos fundadores, procurando as trocas interdisciplinares e internacionais, suscitando um diálogo externo com os historiadores de outras especialidades.

Os anos 1980 formulam duas críticas e colocam duas questões às abordagens precedentes. Primeira crítica: a história proposta não simplifica a realidade em proveito de uma história da infelicidade e da revolta das mulheres, que evoca a dominação masculina sem explicitar seu funcionamento e em detrimento da procura daquilo que Cécile Dauphin e Arlette Farge chamariam mais tarde “o nuance infinito do encontro entre homens e mulheres” (2001: 8)? Do mesmo modo, colocado particularmente pela obra de Bonnie Smith sobre as burguesas do Norte (1981, tradução de 1989), a temática estimulante de uma “cultura feminina”, que permite identificar os lugares, condutas ou objetos femininos, poderes possuídos pelas mulheres, espaços de liberdade e de relação entre mulheres, comporta o risco de afirmar o mito de uma natureza feminina e de ocultar a dominação masculina pelo tema da complementaridade (Dauphin *et al.* 1986).? De forma mais ampla, qual seria o sentido em fazer das mulheres

um objeto autônomo da história e elas constituírem um grupo social homogêneo? Não é melhor, colocando a relação entre os sexos e a construção do masculino e feminino no cerne da interrogação histórica, incorporar a história das mulheres à história geral e transformá-la?

Se o conceito e o termo *gender* – cuja história não será traçada aqui – permanecem por muito tempo pouco conhecidos na França, nunca utilizados antes da tradução em francês em 1988 do artigo de Joan Scott “Gender: A Useful Category of Historical Analysis” (“Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica”)¹² e intensamente discutidos depois, a história das mulheres soube integrar uma parte das contribuições metodológicas e conceituais, propor uma história relacional da interação entre homens e mulheres e uma leitura sexuada dos acontecimentos e fenômenos históricos, como testemunham os cinco volumes da coleção *Histoire des femmes en Occident* (Duby et Perrot, 1991-1992) (História das mulheres no Ocidente). Primeira tentativa de síntese dos trabalhos e dos questionamentos dos vinte anos precedentes e ensaio de história comparativa, ela representa, no começo dos anos de 1990, o *gender* à francesa, com características destacadas por comentários estrangeiros: escolha da longa duração e de recortes cronológicos das grandes coleções francesas, mistura de autores (11 homens de um total de 76) e, sobretudo, abordagens plurais sem teoria preliminar além de um mínimo de convicções compartilhadas e expostas na introdução: fazer a história das relações entre os sexos “à todos os níveis da representação, dos saberes, dos poderes e das práticas cotidianas”. Os debates do colóquio da Sorbonne (Duby et Perrot, 1993), que propõe leituras críticas contraditórias, oferecem uma versão muito discreta de oposições contemporâneas em terra anglófona, entre história social e história cultural, entre *women's history* e *gender history*, entre *gender history* com “concepção de ciências sociais do *gender*” e *gender history* pos-estruturalista¹³. Eles mostram que a abordagem francesa permanece empírica e pluralista, desconfiando do *linguistic turn* e de seus debates teóricos, mas sabendo integrar uma atenção à

língua em uma abordagem da história social, sensível às diferenças na diferença e à articulação das diversas categorias de análise (sexo, idade, classe, religião, nacionalidade, etc.). No colóquio ou fora dele, alguns historiadores ou historiadoras francesas denunciam, entretanto, o espaço excessivo acordado aos discursos e às representações, o esquecimento dos percursos singulares ou diferenças entre as mulheres, ou ainda a complacência para com a descrição das práticas culturais e dos atos da vida cotidiana; é desta maneira que Christine Fauré empreende uma enciclopédia política e histórica das mulheres (1997).

A história deste projeto editorial, que traduz o estatuto há muito tempo marginal do campo da pesquisa, merece ser contado. A iniciativa não é francesa, mas italiana: sensível às características do momento e feliz tradutor da *l'Histoire de la vie privée* (Ariès et Duby, 1986-1987) (História da vida privada), o editor Laterza dirige-se à Georges Duby que contata Michelle Perrot para constituir uma equipe com uma direção francesa. A versão francesa é, entretanto, recusada por Le Seuil, prestigiosa casa freqüentadora de “grandes coleções” em quatro ou cinco volumes. Inesperado, o sucesso do empreendimento, tanto na França (20000 exemplares rapidamente vendidos) quanto no exterior onde umas dez traduções¹⁴ suscitam por vezes empreendimentos paralelos, contribui indubitavelmente para o reconhecimento intelectual do campo de pesquisa: torna-se então difícil sustentar que as mulheres não têm história, que é impossível escrevê-la (por falta de fontes), ou que o público leitor – para quem a igualdade entre os homens e mulheres é uma questão presente nas sociedades contemporâneas – não se interessa. Este contexto facilita a criação em 1995 da segunda revista francesa *CLIO, Histoire, Femmes et Sociétés*, que, ao inverso dos *Cahiers du Mage* (mercado de trabalho e gênero), opta, após uma profunda reflexão e por receio de não ser compreendida, por não introduzir a palavra “gênero” em seu subtítulo. Permite também a algumas jovens diplomadas em história das mulheres – por vezes dotadas de verbas para a pesquisa durante seus estudos – obterem um emprego em meados dos anos de 1990, graças a

¹²Aparecido, dois anos antes, apresenta na *The American Historical Review*.

¹³Para mais informações, ver Thébaud, 2007.

¹⁴Traduções simples, ou com adição de prefácios e/ou de capítulos complementares.

recrutamentos resultantes do crescimento do número de estudantes.

Projeto pessoal¹⁵ tornado realização coletiva entre 1993 e 1995, *CLIO, Histoire, femmes et Sociétés* não é uma outra revista *Pénélope* e seu desenvolvimento se inscreve em uma outra configuração do saber e do poder. Claro, a revista pertence no início a seu Comitê de redação, não existindo nenhuma instituição – laboratório ou centro de pesquisa – em história das mulheres na França. Mas, ao ter um verdadeiro editor e ao ser subvencionada, ela se insere imediatamente no campo acadêmico, preocupada com a qualidade científica de seu conteúdo e com o respeito pelas normas do ofício. Livre do receio, outrora afirmado, de fazer-se da história das mulheres um “gueto”, animada pela vontade de obter um reconhecimento intelectual e institucional da história das mulheres e do gênero, ela afirma, pelo seu título e seu conteúdo, seu pertencimento à comunidade dos historiadores, aposta na visibilidade intelectual e busca um confronto mútuo fecundo com a disciplina histórica. Atenta em fazer dialogar as abordagens (história das mulheres e história do gênero, história social e história cultural, história política e antropologia histórica) e fazer conhecer os trabalhos estrangeiros, oferece um lugar de expressão e de debate que se impõe pouco a pouco na paisagem intelectual das revistas de história. Ela prepara hoje, ainda sem secretária de redação, seu 28º número e oferece online os dez primeiros anos de sua coleção no site, muito consultado, de revistas (revues.org.). Uma situação paradoxal como o cenário francês da atualidade.

Os paradoxos do panorama atual

Especialista em história política, Michèle Riot-Sarcey frequentemente destacou as reticências da historiografia francesa no que diz respeito ao gênero (2000), particularmente no que tange a abordagem de Joan Scott, para quem, de forma política – “o gênero é uma primeira maneira de significar relações de poder” escreve ela – e cultural, convida menos a enfatizar as partes (os homens e as mulheres) que o

princípio da divisão e suas significações. Se é verdade que a crítica dos historiadores sociais – esquecimento da realidade sócio-política das mulheres, ultrapassa os territórios da disciplina histórica – tem importância na França, outros colegas destacam, ao contrário, o interesse da historicização dos discursos, a complementaridade das abordagens sociais e discursivas e os desafios de realidade das lutas de representação (Chartier, 1998; Ernot 2004). De forma mais geral, as concepções e usos do gênero são diversos e objeto de debates, interpelam ao mesmo tempo a história das mulheres e a história geral, fazendo deste campo de pesquisa um lugar vivo, dinâmico, aberto sobre a interdisciplinaridade e as trocas com o exterior. Se a legitimidade institucional está mal estabelecida (ver mais adiante), se o seu reconhecimento intelectual ainda é, por vezes, contestado, ele constitui, para retomar as palavras de Alain Corbin, um inegável “laboratório de inovações”¹⁶.

Inscrito em uma partilha entre natureza e cultura e dentro de uma perspectiva construtivista, o gênero diz primeiramente que a condição e a identidade das mulheres apenas se compreende na relação com os homens e que elas são o resultado de uma construção social e cultural em um contexto dado: “a mulher” não existe – salvo no imaginário dos homens ou ... das mulheres – e a tarefa da história é compreender a evolução dos sistemas de gênero, conjuntos de papéis sociais sexuais e sistemas de representação definindo o masculino e o feminino. O gênero implica também que não há somente sexo feminino e torna visíveis os homens enquanto indivíduos sexuais. Ao contrário de uma dissimetria da história das mulheres, desde muito cedo apontada por Alain Corbin (1984) – mas pode se dizer também que sem a história das mulheres, a dos homens não era imaginável –, suscitou assim, desde uns dez anos na França, a emergência de uma história dos homens e das masculinidades, que examina a construção da virilidade e observa as posições dominantes como os sofrimentos dos homens (Roynette, 2000 ; Revenin, 2007). Tudo isto desemboca hoje em dia num projeto, complexo, mas estimulante, de uma história das

¹⁵Diretora Editorial do 5º tomo da *História das mulheres no Ocidente* (volume sobre o século XX) então leitora ocasional das primeiras revistas anglófonas de história das mulheres ou de gênero (*Gender & History, Women's History Review*) e jovens revistas francófonas e interdisciplinares (*la Recherches Féministes* de Québec, a belga *Sextant*), a par do projeto espanhol d'Arenal, *Revistas de Historia de las Mujeres*, a autora destas linhas está na origem da criação da *Clio HFS*.

¹⁶Qualificação utilizada por Alain Corbin no prefácio redigido em 1998 para a primeira edição da obra de Françoise Thébaud (2007 [1998]).

identidades sociais e sexuadas, através da historicização das identidades, da análise das formas de confrontação dos indivíduos aos modelos identitários dominantes, ou da observação das crises de identidade em momentos de ruptura (Capdevila *et al.* 2003). Confrontado com outras categorias de análise como a classe social, mas também o pertencimento nacional ou religioso, o grupo de idade, a “raça” ou a orientação sexual, o gênero convida enfim a refletir sobre diferenças entre as mulheres. Estimulados por trabalhos do exterior e por debates de sociedade, os historiadores e as historiadoras franceses começam, aliás, a não serem mais cegos à diferença de “raça” e a imaginar, em toda a sua complexidade, uma história nacional marcada pela imigração e a colonização (colóquios recentes e teses em andamento).

No tocante à história geral, também, o gênero propõe uma releitura sexuada dos eventos e fenômenos históricos que contribuem para sua explicação. Interrogar-se sobre «o gênero da» nação, cidadania, proteção social, colonização ou ainda do trabalho, da militância, das ciências ou das migrações diz respeito tanto à observação do lugar respectivo dos homens e das mulheres, como também à análise dos desafios de significação da divisão entre masculino e feminino e dos modos de construção das relações sociais hierárquicas. Emergindo do questionamento *queer* sobre a fluidez das identidades – sua obra pioneira acaba de ser traduzida para o francês (Butler 2005) –, o último uso puxa o fio de uma construção cultural e social que implica em possíveis distorções entre sexo anatômico, gênero social e sexualidades. A imposição, na cultura ocidental, de uma norma de correspondência sexo-gênero (e da idéia do caráter explicativo do sexo biológico) conduziu a negligenciar, tanto em história como num grande número de disciplinas, as questões da *travestilidade* que apresentaram alguns trabalhos recentes (Steinberg 2001), das homossexualidades, da androgenia, das práticas do *transgênero*, das variações *intragênero*. Este fio condutor conduz também – ele é objeto de vários seminários atualmente – a escrever a história da dissociação entre sexo e gênero, “uma história entre natureza e cultura” como indica em 2003 o título de um número dos *Cahiers du Genre* (Cadernos do Gênero).

Como indica o título desta revista interdisciplinar, modificado em 1999, o termo “gênero”, tradução do inglês *gender*, impõe-se na França nas ciências humanas no limiar dos anos 2000. Mais ainda que seus colegas de outras disciplinas, os historiadores e historiadoras preferiram durante muito tempo as expressões menos abstratas de diferença dos sexos, relações entre os homens e mulheres, masculino-feminino ou relações sociais de sexo em uso pelos sociólogos simpatizantes do marxismo. Aí, ainda, os anos 2000 parecem mudar as cartas. Assim, Mnémosyne, fundada em 2000, é a Associação para o desenvolvimento da história das mulheres e do gênero, seção francesa da Federação Internacional para a pesquisa em história das mulheres que apareceu em 1987. O laboratório de história da universidade de Rennes 2 reuniu em setembro de 2002 o primeiro colóquio de historiadores que ostentam o termo sem ambigüidades: “O gênero perante as mutações da Idade Média até nossos dias” (Capdevila *et al.* 2003). No mesmo ano, enquanto que *Le Mouvement Social* prefere intitular “Feminino e Masculino”, *Vingtième siècle-Revue d'histoire* publica um número especial “História das mulheres, história dos gêneros”, tendência amplamente confirmada desde então. Entretanto, foi no momento em que o emprego do termo se generalizava e suscitava um trabalho útil de explicitação do conceito que foi emitido um parecer negativo por parte da Comissão geral de terminologia e de neologia localizada junto ao Primeiro ministro. Publicado no *Journal Officiel* de 22 de julho de 2005, o parecer desaconselhava o emprego de “gênero” para traduzir “*gender*” e as definições dadas a este termo, considerado como um neologismo e um anglicanismo, estavam bastante aquém da riqueza dos seus usos e potencialidades. Defesa da língua francesa? Antiamericanismo? Resistência aos estudos de gênero? No mínimo, uma situação paradoxal.

Obtido desde os anos 1980 junto ao público leitor, o reconhecimento intelectual da história das mulheres e do gênero progrediu inegavelmente nos últimos anos na comunidade dos historiadores: fundação de revistas generalistas de história que publicam mais regularmente artigos e resenhas ou organizam ocasionalmente um número especial; inserção, nos manuais de historiografia recentes, de capítulos sobre a história das mulheres; presença em certos

dicionários críticos de última geração de verbetes sobre as mulheres, relações de sexo ou feminismo; publicação dos quatro primeiros manuais universitários o que atesta um desenvolvimento, real ou esperado, no ensino. Contudo, este reconhecimento intelectual não é total e não é seguido de um reconhecimento institucional que permite a um campo de pesquisa exprimir todas as suas potencialidades, de se confrontar com outros em um diálogo igualitário e construtivo, de penetrar nas formas habituais do saber. Outro paradoxo francês: faz trinta ou quarenta anos que o mundo dos historiadores absorveu relativamente bem o choque de feminização, o sexo do pesquisador tornando-se um fator cada vez menos discriminatório no recrutamento (Thébaud, 2003), mas as resistências à inclusão são fortes no campo de pesquisas (e de suas promotoras) nas instituições de pesquisa e de ensino, e portanto à produção e, mais ainda, à transmissão de uma cultura mista. Estas resistências suscitam uma militância acadêmica que é uma das facetas atuais da ligação entre pesquisa e feminismo: estas continuam alimentando o questionamento, suscitando novas temáticas de pesquisa¹⁷, utilizando os seus resultados, mas a disciplina reivindica, hoje, a autonomia relativa de qualquer campo intelectual em relação ao movimento social.

Portanto, o cenário atual é muito contrastado. Claro, a grande maioria dos estudantes das 87 universidades francesas, futuros professores para alguns deles, realiza sua escolaridade sem ouvir falar desta abordagem da história e o conjunto dos estabelecimentos somente dispõe de quatro cargos específicos¹⁸. Mas, faz dez anos que uma difusão capilar diminui o peso relativo de alguns centros tradicionais e diversifica os ambientes universitários da história das mulheres e do gênero, assim como as formas de sua implantação: por conta das nomeações muitas vezes provinciais, aparecem cursos opcionais, seminários, colóquios, eixos de pesquisa em pequenos estabelecimentos ou em universidades sem tradição neste campo (em torno de dez). Após a adoção de

convenções em prol da igualdade, implanta-se, lentamente, nos institutos de formação de mestres, uma iniciação ao gênero e à igualdade dos sexos. Menos numerosas, mas sempre inventivas, as pesquisas doutorais em história contemporânea – período da história privilegiado nesta contribuição – continuam sob a liderança de uma dezena de universitárias habilitadas, enquanto que jovens associações tentam atender este déficit de institucionalização e apostam no diálogo e na visibilidade intelectual¹⁹. Elemento de um possível desenvolvimento, uma carta em favor da igualdade, que cruza com a reflexão sobre o lugar das mulheres nas carreiras científicas e a abordagem de gênero nas disciplinas, acaba de ser adotada pela Universidade Lyon 1 e será, em breve, submetida aos outros estabelecimentos. A história continua ...

Artigo recebido em: 16/02/2009

Artigo aprovado em: 03/07/2009

¹⁷ Por exemplo, a mobilização paritária dos anos 1990 suscitou numerosos trabalhos sobre o lugar das mulheres nos espaços públicos, e a afirmação pública dos movimentos homossexuais das pesquisas sobre o lesbianismo. Da mesma forma, o pensamento que questiona sobre a distinção sexo/gênero.

¹⁸ 2 cargos de mestres de conferência: universidades Paris 8 e Paris 7; 2 cargos de professores: Paris 8 e IUFM de Lyon. A referência da cátedra em Toulouse (obtido em 1984) desapareceu, mas esta universidade oferece hoje os cursos mais completos e dispõe de um grupo de pesquisa interdisciplinar dinâmico no qual a história é parte interessada (o grupo Simone).

¹⁹ Associação para o desenvolvimento da história das mulheres e do gênero-Mnemosyne; SIEFAR (sociedade internacional de estudos das mulheres do Ancien Régime; Arquivos do feminismo; Efigies (Associação de jovens pesquisadores dos Estudos feministas, gênero e sexualidades)